

VOZES DO MAR: ETNOCONHECIMENTO E A COMUNIDADE PESQUEIRA DA BAÍA FORMOSA/ RN

VOICES OF THE SEA: ETHNOSCIENCE AND THE FISHING COMMUNITY OF BAÍA FORMOSA/RN

VOCES DEL MAR: ETNOCIENCIA Y LA COMUNIDAD PESQUERA DE BAÍA FORMOSA/RN

Laricia Gomes Soares¹

Juliana Felipe Farias²

Resumo

O Etnoconhecimento, juntamente a enfoques participativos, busca integrar os agentes locais que agem sobre a paisagem e buscam a sua preservação. Este trabalho tem como objetivo analisar a importância do Etnoconhecimento como um conjunto de saberes tradicionais inerentes à comunidade pesqueira no município de Baía Formosa/RN. A pesquisa foi realizada com um grupo de 30 pescadores artesanais no município supracitado e dividiu-se em três fases: revisão de literatura, análise de dados e diagnóstico participativo. Na revisão de literatura, obras de autores como Borges, Britto, Bautista (2008), Almeida et al. (2016), Freire (2015) e Diegues (2000, 2001) foram consultadas para estabelecer uma base teórica. Na fase de análise, informações foram compiladas e discutidas com a comunidade local. Durante o diagnóstico participativo, o grupo de 30 pescadores identificou potencialidades e problemas socioambientais. Os resultados evidenciam que o Etnoconhecimento fortalece a identidade cultural e promove práticas sustentáveis. Conclui-se que a valorização desses saberes é essencial para a resiliência da comunidade frente às mudanças ambientais e socioeconômicas.

Palavras-Chave: Etnoconhecimento; Comunidade pesqueira; Potencialidades; Problemas.

Abstract

Ethnoknowledge, together with participatory approaches, seeks to integrate local agents who interact with the landscape and strive for its preservation. This study aims to analyze the importance of Ethnoknowledge as a set of traditional knowledge inherent to the fishing community in the municipality of Baía Formosa/RN. The research was conducted with a group of 30 artisanal fishermen in the aforementioned municipality and was divided into three phases: literature review, data analysis, and participatory diagnosis. In the literature review, works by authors such as Borges, Britto, Bautista (2008), Almeida et al. (2016), Freire (2015), and Diegues (2000, 2001) were consulted to establish a theoretical foundation. In the analysis phase, information was compiled and discussed with the local community. During the participatory diagnosis, the group of 30 fishermen identified socio-environmental potentialities and problems. The results demonstrate that Ethnoknowledge strengthens cultural identity and promotes sustainable practices. It is concluded that the valorization of this knowledge is essential for the community's resilience in the face of environmental and socioeconomic changes.

Keywords: Ethnoscience; Fishing community; Potentialities; Problems.

Resumen

El Etnoconocimiento, junto con enfoques participativos, busca integrar a los agentes locales que actúan sobre el paisaje y buscan su preservación. Este trabajo tiene como objetivo analizar la importancia del Etnoconocimiento como un conjunto de saberes tradicionales inherentes a la comunidad pesquera en el municipio de Baía Formosa/RN. La investigación se realizó con un grupo de 30 pescadores artesanales en el municipio mencionado y se dividió en tres fases: revisión de literatura, análisis de datos y diagnóstico participativo. En la revisión de literatura, se consultaron obras de autores como Borges, Britto, Bautista (2008), Almeida et al. (2016), Freire (2015) y Diegues (2000, 2001) para establecer una base teórica. En la fase de análisis, se recopilaron y discutieron información con la comunidad local. Durante el diagnóstico participativo, el grupo de 30 pescadores identificó potencialidades y problemas socioambientales. Los resultados evidencian que el Etnoconocimiento fortalece la identidad cultural y promueve prácticas sostenibles. Se concluye que la valoración de estos saberes es esencial para la resiliencia de la comunidad frente a los cambios ambientales y socioeconómicos.

Palabras Clave: Etnoconocimiento; Comunidad pesquera; Potencialidades; Problemas.

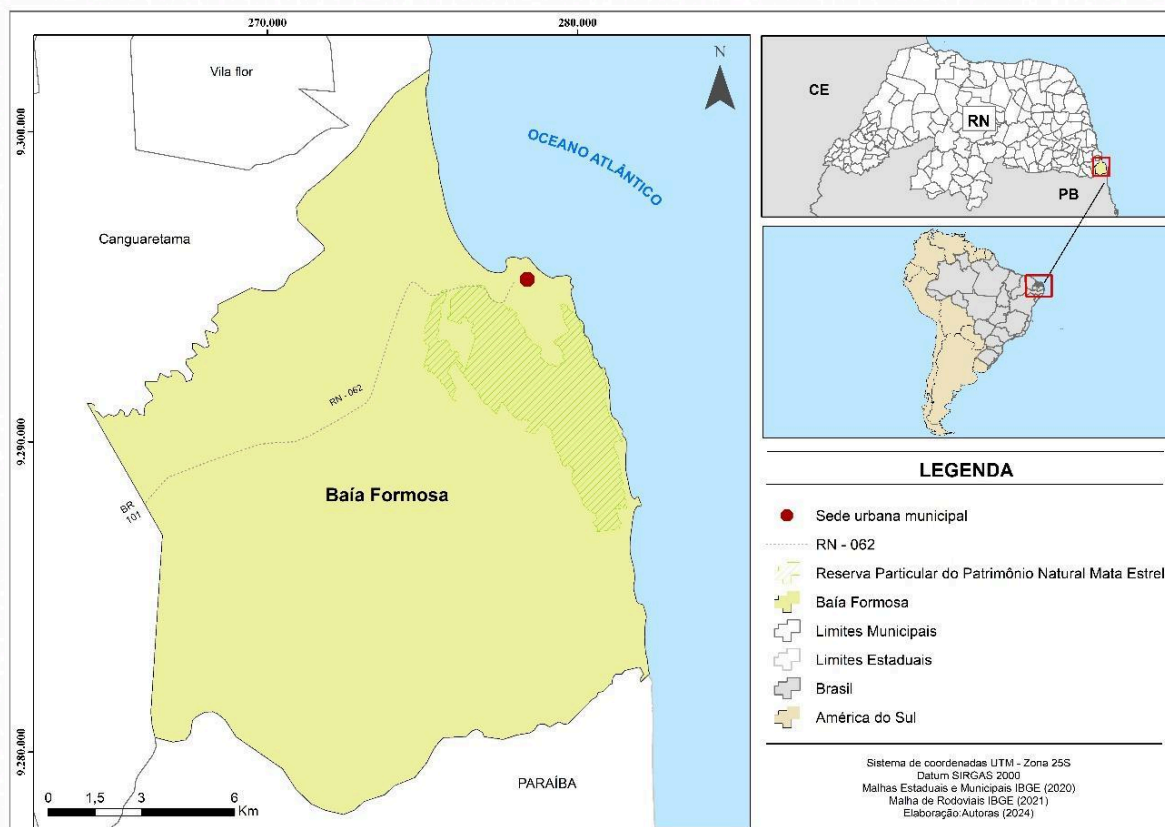
INTRODUÇÃO

Os termos “tradição” e “saberes” assumem diferentes sentidos conforme as perspectivas teóricas e epistemológicas pelas quais são abordados. Na sociedade contemporânea, observa-se um crescente interesse pela valorização dos conhecimentos produzidos pelas comunidades tradicionais, também compreendidos como etnoconhecimentos. Esses saberes contribuem para a compreensão do passado, das relações estabelecidas por esses grupos com o meio ambiente e das percepções culturais que podem orientar suas práticas no presente e no futuro (Borges; Britto; Bautista, 2008).

Nessa perspectiva, destacam-se as comunidades tradicionais pesqueiras e suas práticas. O Decreto Federal nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e reconheceu esses grupos como culturalmente diferenciados, dotados de formas próprias de organização social. Esses povos ocupam e utilizam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, mediante conhecimentos, práticas e inovações transmitidos pela tradição (Brasil, 2007).

Ao longo do litoral brasileiro, as comunidades costeiras estabelecem relações sociais, culturais, econômicas e simbólicas com o mar. Em Baía Formosa (Figura 1), município situado no estado do Rio Grande do Norte, na região Nordeste do Brasil, essa relação se expressa nos conhecimentos, nas práticas e nas tradições construídas e transmitidas pela comunidade pesqueira, elementos que participam da formação de sua identidade local.

Figura 1: Mapa de localização do município de Baía Formosa/RN



Fonte: Acervo das autoras (2024).

Ao longo do tempo, os pescadores de Baía Formosa desenvolveram um amplo repertório de saberes práticos, adaptado às particularidades do ambiente costeiro local. Estes conhecimentos abrangem a observação dos astros para orientação no mar, o reconhecimento das correntes marítimas, a identificação dos locais mais favoráveis à pesca e o domínio de técnicas tradicionais de construção e manutenção das embarcações.

Diante desse contexto, esta pesquisa tem como objetivo analisar a importância do etnoconhecimento como conjunto de saberes tradicionais da comunidade pesqueira do município de Baía Formosa. Para isso, são consideradas as potencialidades desses conhecimentos e os problemas identificados pela própria comunidade, buscando-se compreender suas relações com as práticas cotidianas, as dinâmicas sociais e a sustentabilidade ambiental.

A pesquisa também procura discutir o potencial do etnoconhecimento como instrumento de fortalecimento e desenvolvimento comunitário. O reconhecimento e a valorização dos saberes locais contribuem para a preservação da identidade cultural da comunidade pesqueira e podem estimular iniciativas voltadas à ampliação de sua autonomia e de sua capacidade de enfrentamento dos desafios socioeconômicos e ambientais.

Assim, ao investigar as “Vozes do Mar” em Baía Formosa, busca-se compreender a diversidade e a relevância dos conhecimentos construídos pela comunidade pesqueira, bem como contribuir para sua valorização e para a formulação de ações que favoreçam a continuidade desses saberes entre as gerações atuais e futuras.

CONTRIBUIÇÕES DO ETNOCONHECIMENTO PARA A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

O etnoconhecimento compreende o conjunto de conhecimentos produzido a partir das experiências e das perspectivas de diferentes grupos tradicionais. Ao longo do tempo, esses grupos desenvolveram formas próprias de interpretar o mundo e atribuir significados aos fenômenos observados em sua interação com a natureza (Almeida et al., 2016). Essas relações com o ambiente possibilitam a produção, o acúmulo, a transformação e a transmissão dos saberes locais entre diferentes gerações.

Segundo Freire (2015), a ampliação das discussões sobre etnociência, a partir da década de 1960, contribuiu para que os conhecimentos das diferentes populações fossem estudados com base em seus próprios padrões e princípios. Essa perspectiva procura compreender as formas pelas quais os grupos humanos percebem, classificam e se relacionam com o ambiente. Nesse sentido, o etnoconhecimento abrange saberes tradicionais construídos em contextos comunitários e sistemas sociais específicos, revelando diferentes maneiras de compreender e utilizar os elementos naturais presentes nos territórios ocupados por esses grupos.

Nas comunidades tradicionais pesqueiras, o etnoconhecimento corresponde a um conjunto de saberes, práticas e crenças desenvolvidos ao longo do tempo em estreita relação com o ambiente. Transmitidos principalmente pela oralidade, pela observação e pela participação nas atividades cotidianas, esses conhecimentos possuem formas próprias de produção e validação. Embora apresentem características distintas daquelas predominantes no conhecimento científico, podem estabelecer com ele relações de complementaridade, sobretudo na compreensão das interações entre as comunidades e os ecossistemas costeiros e marinhos.

Os conhecimentos tradicionais dos pescadores artesanais não devem ser compreendidos como formas pré-lógicas ou pré-científicas de interpretação da realidade. Eles resultam da observação sistemática e contínua dos fenômenos naturais e orientam decisões relacionadas ao período adequado para a pesca, à escolha dos locais e às técnicas empregadas. Esse conjunto de saberes é fundamental para a segurança e a sobrevivência das comunidades

pesqueiras, bem como para a reprodução de seus modos de vida em um ambiente marinho marcado por constantes variações meteorológicas (Diegues, 2000).

A capacidade de identificar áreas produtivas de pesca em mar aberto resulta de um processo contínuo de aprendizagem e da familiaridade dos pescadores com o espaço marinho. Essas habilidades são construídas por meio das experiências, das percepções e das práticas compartilhadas nos processos de socialização, possibilitando a orientação e o desenvolvimento das atividades pesqueiras. Nesse contexto, a mestrança e o domínio das artes de pesca são constituídos em espaços físicos, sociais e culturais que influenciam a visão de mundo e o modo de vida das comunidades pesqueiras (Maldonado, 2000).

O etnoconhecimento também pode contribuir para o manejo sustentável dos recursos naturais. Determinadas práticas tradicionais de pesca incorporam conhecimentos sobre os ciclos das espécies, as condições ambientais, os períodos de maior ocorrência dos recursos pesqueiros e as características dos ecossistemas marinhos. Quando reconhecidos e integrados aos processos de gestão, esses saberes podem colaborar para a conservação da biodiversidade e para o uso sustentável dos recursos, além de ampliar a capacidade das comunidades de responder às mudanças ambientais.

Além de sua dimensão ambiental, o etnoconhecimento possui relevância para o desenvolvimento comunitário. O reconhecimento e a valorização desses saberes podem fortalecer a identidade cultural e a participação social das comunidades pesqueiras. Iniciativas construídas com base nos conhecimentos e nas demandas locais também podem ampliar a autonomia comunitária, incentivar práticas sustentáveis e favorecer a criação de oportunidades socioeconômicas compatíveis com os modos de vida tradicionais (Diegues, 2001).

O Decreto Federal nº 6.040/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, representa um importante marco normativo para o reconhecimento e a valorização dos conhecimentos, das práticas e dos modos de vida desses grupos. Essa política estabelece diretrizes voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável dos povos e das comunidades tradicionais, com ênfase no reconhecimento e na garantia de seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais. Sua efetivação, contudo, demanda a participação das comunidades na formulação e na execução das ações, bem como a adequação das políticas públicas às particularidades territoriais e socioculturais de cada grupo (Brasil, 2007).

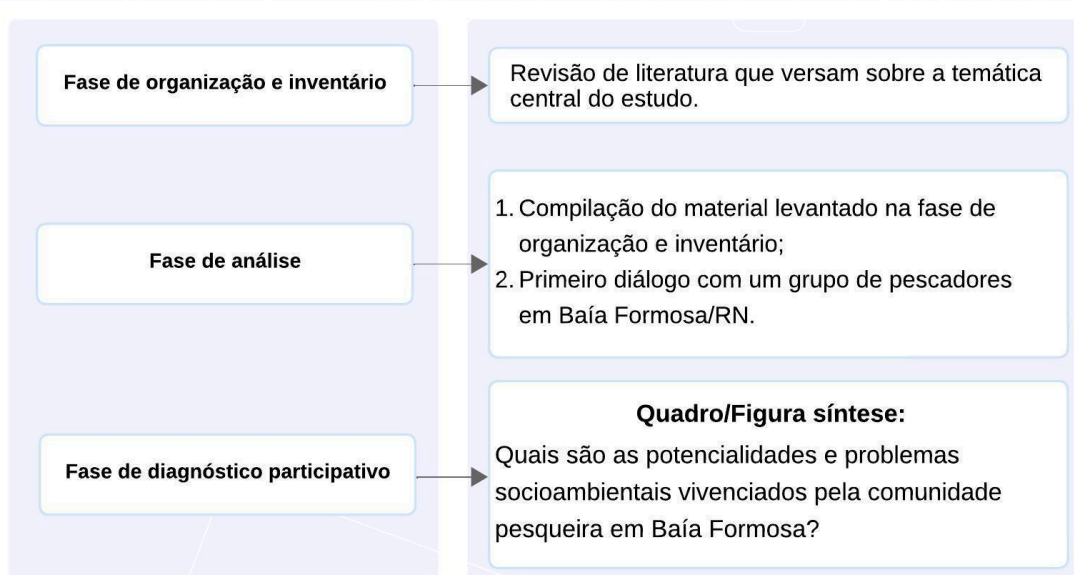
Portanto, o estudo do etnoconhecimento das comunidades tradicionais pesqueiras contribui para a compreensão das relações entre os saberes locais, a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento comunitário. A valorização desses

conhecimentos pode fortalecer a identidade cultural, ampliar a participação das comunidades na gestão dos territórios e colaborar para a formulação de políticas e práticas mais adequadas às realidades locais. A continuidade das pesquisas nessa área é importante para aprofundar o diálogo entre diferentes formas de conhecimento, respeitando a autonomia, os direitos e os modos de vida das comunidades tradicionais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi desenvolvida em três fases principais: organização e inventário, análise e diagnóstico participativo (Figura 2). Cada fase compreendeu procedimentos específicos, articulados de acordo com os objetivos do estudo.

Figura 2: Fases metodológicas do estudo



Fonte: Organizado pelas autoras (2024).

Na fase de organização e inventário, realizou-se uma revisão da literatura sobre etnoconhecimento, comunidades tradicionais pesqueiras, sustentabilidade ambiental e práticas participativas. Foram consultadas, entre outras, as obras de Borges, Britto e Bautista (2008), Almeida et al. (2016), Freire (2015) e Diegues (2000, 2001). Essa etapa possibilitou a construção da fundamentação teórica e a identificação de conceitos relevantes para o desenvolvimento da pesquisa.

A fase de análise compreendeu inicialmente a organização e a sistematização do material levantado na etapa anterior. Também foi realizado o primeiro contato com a comunidade pesqueira de Baía Formosa, com o propósito de conhecer sua realidade e estabelecer um diálogo inicial com os participantes. As informações reunidas ao longo da pesquisa foram posteriormente sistematizadas, tabuladas e interpretadas à luz da fundamentação teórica adotada.

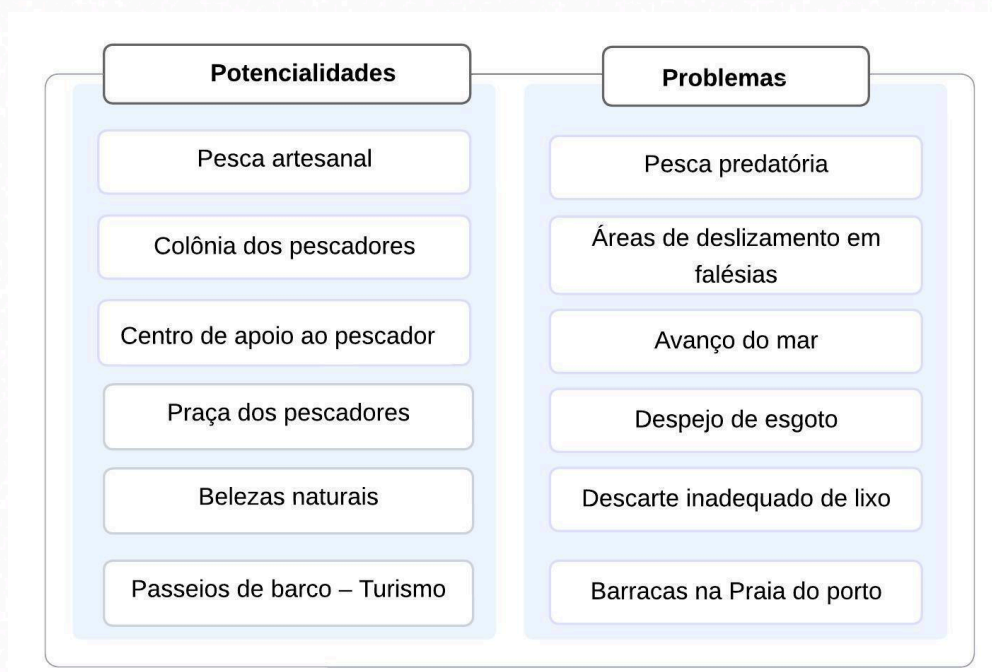
Na fase de diagnóstico participativo, realizou-se um encontro com 30 pescadores na Colônia de Pescadores de Baía Formosa. A atividade foi desenvolvida por meio de uma roda de conversa, orientada pela seguinte questão: quais são as potencialidades e os problemas socioambientais vivenciados pela comunidade pesqueira de Baía Formosa? O diálogo possibilitou a identificação e o compartilhamento das percepções, experiências e conhecimentos dos participantes acerca da realidade local.

As três fases metodológicas possibilitaram uma compreensão contextualizada da realidade da comunidade pesqueira de Baía Formosa e subsidiaram a análise das relações entre os conhecimentos tradicionais, as práticas locais, a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento comunitário.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de uma abordagem participativa, os pescadores foram convidados a identificar as potencialidades e os problemas socioambientais presentes nas áreas utilizadas pela comunidade pesqueira de Baía Formosa, especialmente na Praia do Porto. A atividade possibilitou a delimitação coletiva de espaços considerados relevantes ou frágeis pelos participantes, conforme sistematizado na Figura 3.

Figura 3: Potencialidades e Problemas nas áreas da praia do porto, constatadas pela comunidade pesqueira de Baía Formosa/RN



Fonte: Adaptado de Soares (2024).

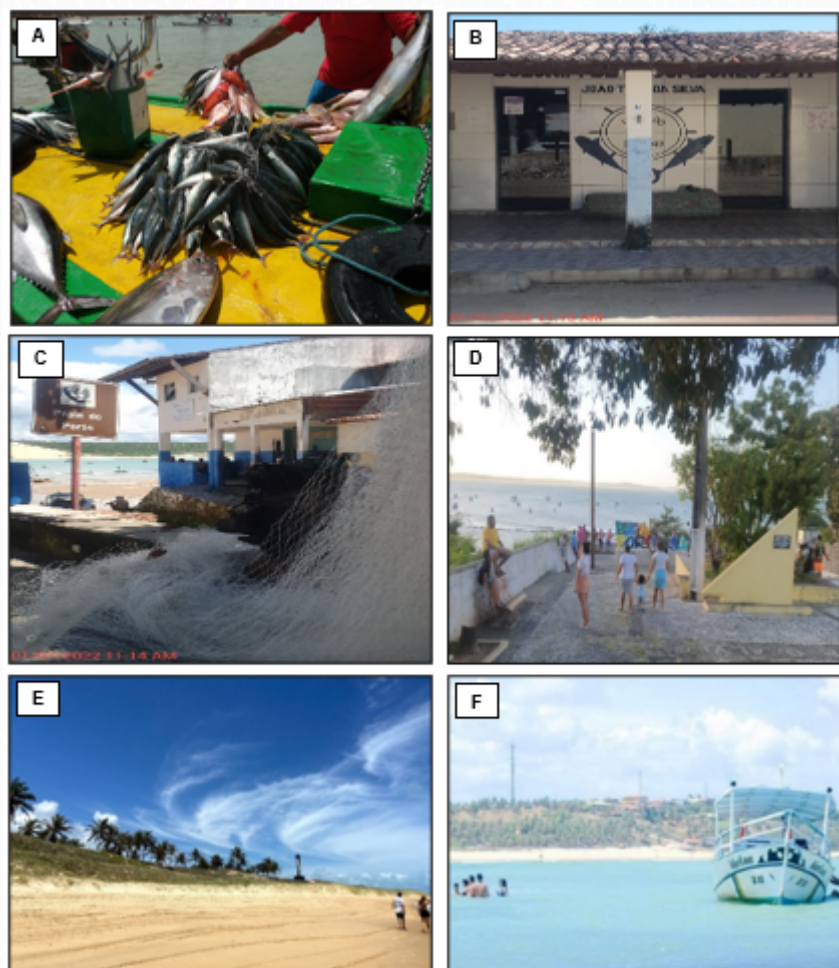
Inicialmente, a atenção foi voltada para as potencialidades, sendo a principal delas a pesca artesanal, destacada como uma atividade econômica, mas também de cunho cultural que preserva o modo de vida de todo um grupo de pessoas, com "saberes vernaculares" transmitidos de geração em geração. Adicionalmente, foi ressaltada a colônia dos pescadores, uma instituição representativa e sindical criada para defender os interesses da classe e atuar como intermediária entre os pescadores e as autoridades governamentais.

Quanto ao centro de apoio ao pescador, este é compreendido como um local destinado a equipamentos de pesca e ferramentas para reparos de barcos. Este centro é amplamente utilizado pela comunidade pesqueira em Baía Formosa, com o intuito de oferecer capacitação e treinamento para os pescadores, visando melhorar suas habilidades profissionais e possibilitar a diversificação de suas atividades econômicas.

A praça dos pescadores foi destacada como uma área marcada por elementos históricos e simbólicos do município, apesar de estar atualmente bastante deteriorada. Quanto à potencialidade das belezas naturais, o grupo ressaltou o alto valor estético da paisagem, principalmente em relação à vegetação nativa de Mata Atlântica, restinga, formações de dunas e lagoas. Nesse sentido, o grupo destacou o mirante principal da sede urbana de Baía Formosa, com vista para a enseada, que destaca o contato dos tabuleiros costeiros com a planície marinha através de uma falésia em sedimentos terciários do Grupo Barreiras.

Por fim, o grupo enfatizou a importância de mencionar as áreas de passeios de barco como atividade turística, que, no entanto, ainda é pouco expressiva no município. A Figura 4 apresenta um mosaico representativo das potencialidades mencionadas.

Figura 4: Mosaico de potencialidades da comunidade pesqueira em Baía Formosa/RN.



Fonte: Soares (2024).

Em relação aos problemas socioambientais, os pescadores mencionaram inicialmente a ocorrência de práticas consideradas predatórias pela comunidade, atribuídas principalmente a embarcações provenientes de outras localidades. De acordo com os relatos, essas atividades seriam realizadas em períodos inadequados para a captura de determinadas espécies e mediante práticas percebidas pelos participantes como irregulares. Esses relatos evidenciam a preocupação da comunidade com a conservação dos recursos pesqueiros e com a continuidade da pesca artesanal.

Os participantes também destacaram a ocorrência de deslizamentos nas falésias da Praia do Porto, reconhecidos como um problema recente e potencialmente perigoso em razão da proximidade das ocupações humanas. Segundo os dados apresentados durante a atividade, entre junho e julho de 2022 foram registrados 16 deslizamentos, dos quais dez teriam sido considerados de grande proporção. A ocorrência desses eventos foi associada aos elevados índices pluviométricos do período, que aumentaram a umidade e o peso dos materiais constituintes das falésias. Esse processo, combinado com a erosão marinha em suas bases, teria favorecido a instabilidade e o desmoronamento.

Os movimentos de massa fazem parte da dinâmica natural das falésias e decorrem da interação entre diferentes fatores ambientais. Contudo, a ocupação de áreas próximas às bordas ou às bases dessas feições pode ampliar a exposição da população e das estruturas a situações de risco. Associado a esse problema, os pescadores mencionaram o avanço do mar na Praia do Porto, área em que também foram registrados os deslizamentos.

Outro problema relatado foi o lançamento de esgoto nas praias, situação descrita pelos participantes como antiga e recorrente no município. Os pontos de despejo são popularmente denominados “cachoeiras de esgoto”. Conforme os relatos, o problema, antes mais concentrado na Praia do Porto, passou a ser observado em outros trechos densamente ocupados da orla, como as praias da Cacimba/Pontal e do Bacupari.

O descarte inadequado de resíduos sólidos também foi apontado como um problema recorrente na faixa litorânea, capaz de intensificar a degradação ambiental e comprometer os espaços utilizados pela população e pela comunidade pesqueira.

Além dos problemas ambientais, os participantes identificaram um conflito relacionado à instalação e à expansão de barracas na Praia do Porto. Essa praia possui importância histórica para a formação territorial e econômica de Baía Formosa, pois corresponde a uma das primeiras áreas ocupadas quando a localidade ainda integrava o município de Canguaretama/RN. O espaço permanece marcado pela presença de peixarias, embarcações e atividades relacionadas à pesca, constituindo um território de trabalho, sociabilidade, pertencimento e resistência para a comunidade pesqueira.

Segundo os pescadores, entre 2021 e 2022, com a retomada das atividades após o período mais restritivo da pandemia de Covid-19, a faixa da praia tradicionalmente utilizada para atracar e reparar as embarcações começou a ser ocupada por barracas destinadas à comercialização de alimentos e bebidas. Na percepção dos participantes, essa ocupação reduziu o espaço disponível para o trabalho e contribuiu para o aumento da produção e do descarte inadequado de resíduos. Os pescadores relataram que a Procuradoria-Geral do Município foi acionada para tratar da situação, mas, até o período de realização da pesquisa, não havia sido apresentada uma solução definitiva para o conflito.

Os relatos também evidenciaram uma divisão territorial das praias da sede urbana de acordo com suas formas predominantes de uso e ocupação. Essa organização, sintetizada no Quadro 1, demonstra que cada trecho possui atividades e públicos específicos. Entretanto, segundo os participantes, mudanças recentes nesses usos têm provocado sobreposições e conflitos territoriais.

Quadro 1: Áreas de praia na sede urbana e suas devidas ocupações com atividades características

Praia do Porto	Alto fluxo da comunidade pesqueira, presença de peixarias e colônia dos pescadores. Baixo número de banhistas, sendo os existentes apenas locais.
Praia da Cacimba/Pontal	Número expressivo de banhistas, sobretudo turistas; grande quantidade de barracas e vendas; concentração de esportes como vôlei e altinha, além de ser o melhor ponto para surfe, onde atualmente há a estátua do campeão olímpico de surfe, Ítalo Ferreira, morador local.
Praia do Bacupari	Quantidade significativa de banhistas locais que vão à praia, geralmente, nos finais de semana para passar o dia com a família.
Praia da Restinga	Local de poucos banhistas; área muito visitada para passeios de buggy e quadriciclos por turistas.

Fonte: Adaptado de Soares (2024).

A Figura 5 apresenta um mosaico representativo de alguns dos problemas identificados pelo grupo.

Figura 5: mosaico representativo de alguns dos problemas identificados pelo grupo.



Fonte: Soares (2024).

O diagnóstico participativo evidenciou potencialidades e problemas socioambientais que interferem direta ou indiretamente no modo e na qualidade de vida da população. Os resultados demonstram que os conhecimentos

construídos pela comunidade pesqueira abrangem não apenas as práticas de pesca, mas também a observação das mudanças ambientais, a identificação de áreas de risco e a compreensão das diferentes formas de uso e ocupação das praias.

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu art. 225, o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e atribui ao poder público e à coletividade a responsabilidade de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras (Brasil, 1988). Esse princípio evidencia a relação entre a qualidade ambiental e a qualidade de vida, bem como a responsabilidade compartilhada na conservação dos recursos naturais.

Nesse sentido, a participação da comunidade na identificação das potencialidades, dos problemas e dos conflitos presentes em seu território contribui para a construção de diagnósticos mais próximos da realidade local. Segundo Soares (2024), o envolvimento comunitário nesses processos amplia a possibilidade de planejar o território considerando as necessidades, os conhecimentos e os modos de vida dos grupos que nele habitam. Os resultados reforçam, portanto, a importância do etnoconhecimento na interpretação das dinâmicas ambientais e territoriais e na formulação de estratégias participativas de gestão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que o etnoconhecimento constitui uma dimensão relevante do modo de vida da comunidade pesqueira de Baía Formosa/RN. Os saberes construídos e transmitidos entre gerações orientam as práticas de pesca, a relação com o ambiente marinho e a interpretação das transformações socioambientais ocorridas no território. Sua valorização contribui para o reconhecimento da identidade cultural, das formas de organização e das experiências acumuladas pela comunidade.

O Decreto Federal nº 6.040/2007 representa um importante marco normativo para o reconhecimento dos povos e das comunidades tradicionais e de seus modos próprios de organização social. Entretanto, a efetivação das diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais requer a participação desses grupos na formulação e na execução das ações, bem como a adequação das políticas públicas às particularidades de cada território.

O diagnóstico participativo possibilitou identificar potencialidades e problemas socioambientais relacionados à comunidade pesqueira de Baía Formosa. Entre as potencialidades, destacaram-se a pesca artesanal, a atuação da Colônia de Pescadores, o Centro de Apoio ao Pescador, a Praça dos Pescadores, as belezas naturais e as atividades de turismo

náutico. A pesca artesanal, além de sua importância econômica, apresenta dimensões culturais, sociais e simbólicas associadas à identidade e à reprodução do modo de vida da comunidade.

Entre os problemas relatados, foram mencionadas práticas de pesca consideradas predatórias pelos participantes, deslizamentos nas falésias, avanço do mar, lançamento de esgoto nas praias, descarte inadequado de resíduos sólidos e conflitos relacionados à ocupação da Praia do Porto por barracas comerciais. Esses resultados demonstram que a comunidade possui conhecimentos relevantes sobre as dinâmicas ambientais e territoriais locais e é capaz de identificar mudanças que afetam seus espaços de trabalho, convivência e pertencimento.

A valorização do etnoconhecimento pode ampliar a participação dos pescadores nos processos de planejamento e gestão do território. A articulação entre os saberes tradicionais e o conhecimento científico pode contribuir para a compreensão dos problemas identificados e para a elaboração de estratégias de enfrentamento compatíveis com as condições ambientais e socioculturais locais. Essa aproximação deve respeitar a autonomia da comunidade e reconhecer os pescadores como sujeitos que produzem conhecimentos sobre o território.

Os resultados também indicam a necessidade de ações voltadas à conservação ambiental, à melhoria das condições de trabalho, ao fortalecimento das organizações comunitárias e à mediação dos conflitos de uso da faixa litorânea. Tais ações devem ser construídas com a participação da comunidade pesqueira e mediante a atuação articulada entre o poder público, as instituições de pesquisa e a sociedade civil.

Por fim, a pesquisa reforça a importância da participação comunitária na identificação de potencialidades, problemas e conflitos socioambientais. Embora os resultados estejam relacionados a um grupo específico de pescadores e a um recorte territorial delimitado, eles podem subsidiar novos estudos e ações de planejamento em Baía Formosa. A continuidade das pesquisas poderá aprofundar a compreensão sobre as transformações ambientais e territoriais do município e contribuir para políticas públicas que conciliem a conservação dos recursos naturais, a garantia de direitos e a continuidade dos modos de vida da comunidade pesqueira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, H. A. de; BORGES, A. K. M; OLIVEIRA, A. P. da S; RAMOS, M. B; MARQUES, R. S. **Etnoecologia em sala de aula: os entraves para integrar conhecimentos tradicionais ao conhecimento científico**. In: I CONIDIS – I Congresso Internacional da Diversidade do Semiárido, Campina Grande, 2016.

BORGES, K. N.; BRITTO, M. B.; BAUTISTA, H. P. **Políticas públicas e proteção dos saberes das comunidades tradicionais**. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, ano X, nº 18, p.87-92, dez. 2008.

BRASIL. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm Acesso em: 16 maio 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 8 ago. 2026.

DIEGUES, A.C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. NUPAUB – USP SP 2000.

DIEGUES, A.C. (Org.). **Conhecimento tradicional e apropriação social do meio ambiente**. NUPAUB – USP SP 2001.

FREIRE, A. L. B. F. **Etnobotânica e percepção ambiental de pescadores e coletoras tradicionais submetidos à escassez de recursos vegetais silvestres**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Biociências, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), Natal, 2015.

MALDONADO, S. **No mar: Conhecimento e Produção**. In DIEGUES, A. A imagem das águas. Hucitec/Nupaub, São Paulo, 2000.

SOARES, Larícia Gomes. **Paisagem, comunidade e território: diálogos de saberes e mapeamento participativo em Baía Formosa (RN)**. 2024. 189f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.